

VEÍCULO:
Brasil Energia

DATA:
18/02/16

Consumidor

Mais dinheiro para eficiência

Bancos e agências de fomento percebem o crescimento do mercado de eficiência energética e lançam novos produtos financeiros

MARCELO FURTADO

Sinal de que o cenário começa a ficar mais favorável para os projetos de eficiência energética no Brasil é o surgimento de novas opções de financiamento para o setor. Mais sintomático ainda é saber que uma boa parte desses novos produtos bancários é na verdade reformulação e aperfeiçoamento de linhas que já existiam, mas ainda não eram devidamente aproveitadas. Isso revela que o mercado financeiro está mudando sua maneira de avaliar a eficiência energética.

O movimento se dá em vários agentes financeiros importantes, públicos e privados. Há exemplos claros em instituições como BNDES e Banco do Brasil, em agências estaduais de fomento e em bancos como o Santander.

Além disso, A Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) fizeram no fim de janeiro a primeira reunião para discutir uma parceria com o objetivo de viabilizar novas linhas de financiamento para projetos de eficiência energética a partir de bancos privados.

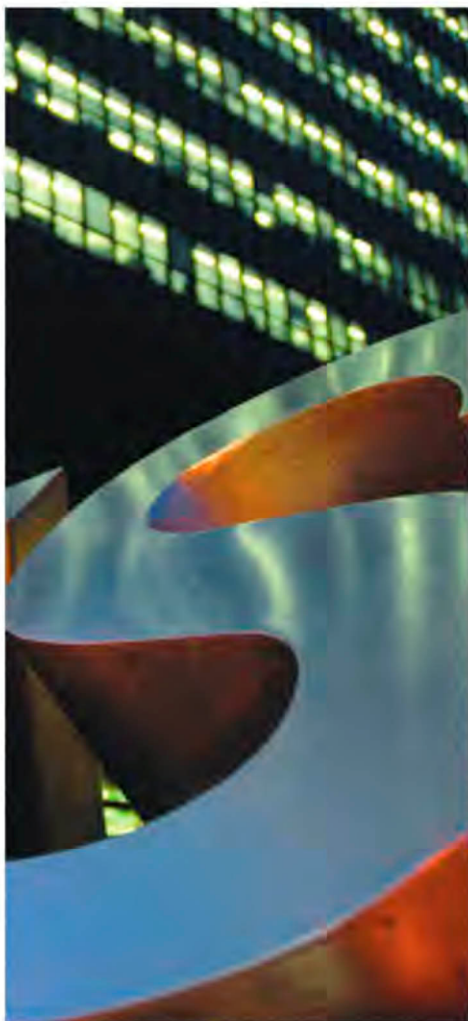
Nova linha do BNDES é a principal fonte para eficiência: reformulação da Proesco recebe críticas e elogios



VEÍCULO:
Brasil Energia

DATA:
18/02/16

Por sua importância no financiamento de projetos no setor produtivo nacional, não há como não destacar a nova linha de eficiência energética do BNDES, lançada no meio do ano como resultado de uma reformulação da antiga Proesco. A linha, agora parte do BNDES Finem, atende a uma nova prioridade governamental de facilitar o acesso ao crédito para os interessados em reduzir o consumo de energia.



Condições vantajosas

A linha Eficiência Energética conseguiu reunir as melhores condições de financiamento do banco e pretende racionalizar o uso dos recursos, segundo análise do chefe do departamento de meio ambiente do BNDES, José Guilherme da Rocha.

Para começar, de acordo com Rocha, o fato de financiar projetos a partir de R\$ 5 milhões é uma exceção dentro do Finem, tradicionalmente voltado para projetos de maior porte, a partir de R\$ 20 milhões. Além disso, o Finem prevê normalmente a cobertura de apenas 50% dos itens financiáveis, enquanto a nova linha cobre 70% – a mesma parcela da extinta Proesco.

Mais um ponto importante, segundo Rocha, é a possibilidade de apresentar vários projetos, até chegar ao mínimo de R\$ 5 milhões. “Podem ser três projetos de R\$ 2 milhões, por exemplo, em empresas diferentes”, diz.

Outro aspecto favorável é o custo financeiro baseado totalmente na TJLP (hoje de 6,5%). Normalmente, no Finem, apenas parte do valor financiado segue essa taxa. O prazo de amortização também mudou. Dependendo da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico, o prazo pode superar os 72 meses (incluindo 24 meses de carência) empregados normalmente pelo banco.

Críticas

Nem tudo são flores, porém, na nova linha. Nos seus primeiros meses, as empresas de conservação de energia (escos) têm criticado o excesso de burocracia e novas exigên-

cias de licenças e documentações para avaliação dos projetos. O diretor da Abesco, Rodrigo Aguiar, comenta que os associados reclamam do novo cenário, considerado por eles mais exigente do que o da antiga Proesco. “Na linha extinta o prazo médio para liberação já era alto, de até 20 meses. O temor é que agora isso piore”, diz.

O BNDES, porém, garante que as exigências são as mesmas e seguem as diretrizes legais e de informações bancárias reguladas pelo Banco Central, conforme revela o chefe do departamento de meio ambiente do banco. A linha Finem leva em média pelo menos seis meses para ser liberada.

Segundo Rocha, uma prova de que o procedimento para a nova linha está dentro da normalidade é que, nesses primeiros meses, o banco já tem uma carteira de 20 projetos, em avaliação e já aprovados.

O diretor da Abesco critica também a falta de agentes repassadores. De acordo com Aguiar, os bancos privados ainda não estão intermediando os pedidos. Por enquanto, apenas algumas agências de fomento estaduais, como as de São Paulo e do Rio, oferecem o serviço.

Mas Rocha afirma que os bancos comerciais credenciados pelo BNDES (na casa das dezenas, segundo ele) já podem repassar os recursos desde que a linha foi criada no ano passado. “Usar a operação indireta é uma escolha do tomador de empréstimo. Se ele tiver uma boa relação com um banco comercial credenciado, pode procurá-lo”, explica.

É bom lembrar que, além da TJLP, a linha ainda contempla a taxa de risco ao crédito (4,18% ao ano) mais a

VEÍCULO:
Brasil Energia

DATA:
18/02/16

Consumidor

CONHEÇA AS OPÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA PROJETOS DE EFICIÊNCIA

Linha	Público-alvo	Custo financeiro
Finem Eficiência Energética-BNDES	De micro a grandes empresas	TJLP + $\geq 1,2\%$ (remuneração) + 1% até 4,18% (taxa de risco) a.a *
BNDES Automático	Micros, pequenas e médias	TJLP + 1% a.a (remuneração) + 0,1% a.a (intermediação) + tarifas específicas
Inovacred-Finep	Inovação em micros até grandes	TJLP + 1% a 3% a.a (taxa de intermediação)
Ecoeficiência- AgeRio	Micro a grandes empresas	14,8% a.a
Economia Verde – Desenvolve SP	Micro a grandes empresas	A partir de 0,53% ao mês + correção pelo IPCA
CDC – Eficiência Energética Santander	Pessoas físicas e jurídicas	Taxas variáveis conforme valor financiado
Proger Urbano Empresarial – Banco do Brasil	Micro e pequenas empresas	TJLP + 2,5% a.a

* Mais 0,1% a 0,5% ao ano de taxa de intermediação financeira, se feito via agente

remuneração básica do BNDES (1,5% ao ano para micro e pequenas empresas e 1,2% para médias e grandes). Quando for intermediada, inclui-se remuneração da instituição e taxa de intermediação financeira (0,1% para micro, pequenas e médias empresas e 0,5% ao ano para grandes).

Projetos menores

Outro ponto modificado na nova linha e também alvo de críticas é o estabelecimento de limite mínimo para o financiamento, de R\$ 5 milhões, o que não existia na linha extinta. A decisão se baseou no fato de que 94% do volume de recursos contratados durante os nove anos da Proesco (27 operações com total

de R\$ 510 milhões) foram de projetos acima de R\$ 5 milhões.

Para projetos abaixo de R\$ 5 milhões, o banco oferece produtos como o BNDES Automático, acessado apenas por meio de bancos comerciais. Além disso, há uma nova plataforma destinada a projetos menores, a BNDES Soluções Tecnológicas, criada para apoiar o uso de tecnologias de serviços, softwares, mão de obra, diagnósticos e testes de empresas que se encontram em fase de cadastramento pelo banco. "Há escoss se credenciando", diz Rocha.

Via agência

A vantagem da criação da linha do BNDES é a possibilidade de os

recursos do banco público se difundirem pelo Brasil, por meio não só de agentes financeiros cadastrados mas também de agências estaduais de fomento, como as do Rio de Janeiro (AgeRio), do Espírito Santo (Bandes) e de Pernambuco (Agefepe). Em específico a Desenvolve SP – a agência de desenvolvimento do governo paulista que em seis anos de existência financiou 32 projetos de eficiência energética em pequenas e médias empresas, um total de desembolso de R\$ 78,6 milhões – já divulga a possibilidade de uso dos novos recursos do BNDES.

Segundo o superintendente de negócios e operações da agência, Eduardo Tadeu Saggiorato, o plano é

BID GARANTE ACESSO A EMPRÉSTIMOS

Muitas vezes o impedimento para os projetos de eficiência, sobretudo para pequenas e médias empresas, não é nem tanto a escassez de recursos, mas a dificuldade de apresentar garantias para acessá-los em bancos e agências de fomento. Uma saída inteligente e já adotada no Brasil com sucesso é a oferecida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

O sistema, intermediado no Brasil pela Atla Consultoria, é o chamado Mecanismo de Garantia de Eficiência Energética (EEGM), uma iniciativa do BID em parceria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e o Fundo Global para o Meio Ambiente. Trata-se da emissão de uma carta de fiança bancária, na qual o BID assume o risco financeiro de proje-

tos de eficiência entre R\$ 400 mil e R\$ 6 milhões, depois de avaliá-los técnica e economicamente. O banco de desenvolvimento emite garantia bancária para o financiador com cobertura máxima de até 100% do valor do projeto (no limite de R\$ 6 milhões) e prazo máximo para garantia de até sete anos.

"Isso, em resumo, significa que o BID diz ao banco: pode empres-

VEÍCULO:
Brasil Energia

DATA:
18/02/16

Limite de crédito	Itens financiáveis	Prazo
A partir de R\$ 5 milhões, sem limite máximo	Até 70%	Até 72 meses ou mais em alguns casos e 24 de carência
Até R\$ 20 milhões	Até 90%	A definir, com carência de 3 a 6 meses
Até R\$ 10 milhões	De 70% a 90%	Até 96 meses, carência de 24 meses
Até R\$ 20 milhões	Até 80%	Até 60 meses, carência até 18 meses
Sem limite mínimo ou máximo	Até 100%	Até 120 meses e carência até 24 meses
Sem limite	Até 100%, a depender de análise de crédito	Até 36 meses
Até R\$ 600 mil	Até 80%	Até 72 meses, com até 12 de carência

aproveitar “as excelentes condições” da BNDES Eficiência Energética. “Vamos priorizá-la nos pedidos de crédito, porque ela é melhor do que as que podemos oferecer”, reconhece.



Eduardo Saggiorato, da Desenvolve São Paulo: linha do BNDES tem condições excelentes

Não à toa, desde setembro a agência é credenciada para o repasse.

De acordo com ele, o diferencial é o uso da TJLP de forma integral nos itens financiáveis. Pelas condições da Desenvolve SP, embora os

juros sejam praticamente os mesmos – a agência cobra taxa mensal a partir de 0,53%, o que dá anualmente quase a TJLP –, os juros cobrados precisam ser corrigidos pelo IPCA. Com a inflação em alta, isso torna o produto bem menos atrativo do que a taxa usada pelo BNDES, cujos reajustes são raros.

O mesmo ocorre com a agência fluminense, a AgeRio, segundo explica o diretor de operações, Dario Araújo. Segundo ele, desde que foi criada a linha já pode ser acessada pela agência. Por enquanto, porém, ninguém a procurou. “Acho que ela ainda é desconhecida da maioria, mas tende a ser um produto atrativo”, afirma.

Tanto a Desenvolve SP como a AgeRio contam com linhas próprias para eficiência energética. A da primeira faz parte do produto Economia Verde, cujos empréstimos, apesar de não terem limite de crédito, em geral podem chegar a R\$ 30 milhões, com prazo máximo de amortização de dez anos e dois anos de carência, financiando até 100% do projeto.

Já as linhas da AgeRio são pelo produto Ecoeficiência e já contam com carteira de R\$ 12 milhões em projetos, atendendo a qualquer demanda, desde pequenos comércios até grandes indústrias. Seu limite máximo é de R\$ 20 milhões, com prazo de até 60 meses e carência de 18 meses, juros de 1,24% ao mês e total financiável de até 80%.

tar que eu garanto”, explica o diretor da Atla, Álvaro Silveira. Segundo o executivo, normalmente a garantia oferecida é apenas uma das que os donos do projeto apresentam em uma operação de financiamento, mas é decisiva porque tem mais força, por exemplo, do que ativos, que se desvalorizam.

As operações já realizadas no Brasil receberam carta de fiança do valor

total da obra, mas os financiamentos cobriram em média 40% dos itens. “Ninguém contrata 100% por conta do custo financeiro”, diz Silveira. Em três anos, já foram viabilizados seis projetos de eficiência, todos pela escola APS Engenharia (vendida para a EDP) e com financiamento do Banco Indusval & Partners (BI&P). Em média foram projetos entre R\$ 5 milhões e até R\$ 10 milhões.

No momento, revela Silveira, mais três projetos estão em negociação, que serão financiados pela agência paulista de desenvolvimento, a Desenvolve SP. Atualmente há R\$ 100 milhões disponíveis para garantia, mas com poder alavancador de projetos de até R\$ 400 milhões, tendo em vista que o financiável médio envolve de 30% a 50% do total investido.

VEÍCULO:
Brasil Energia

DATA:
18/02/16

Santander e Banco do Brasil aperfeiçoam linhas

Outras instituições com produtos que podem ser usados para eficiência energética já há alguns anos também reconhecem, assim como o BNDES, não terem tido a devida preocupação em comunicar ao mercado o crédito disponível, e ultimamente tentam mudar a estratégia adotada.

O Santander é um exemplo. Criada em 2011, a linha de eficiência energética de equipamentos apoiou poucos projetos no primeiro ano, como a compra de aquecedores solares e motores elétricos, segundo revela o superintendente de parcerias do Santander, Newton Ferrer. E mesmo depois de 2012, quando passaram a financiar sistemas fotovoltaicos, a movimentação continuava tímida.

Convencido do potencial do mercado, o banco reavaliou a linha em 2014 e concluiu que o problema principal era a falta de comunicação, externa e interna. "Os próprios gerentes das agências não tinham conhecimento do produto", diz.

A solução foi organizar um programa de treinamento nacional, para fazer os gerentes das agências do Santander conhecerem o mínimo necessário sobre o tema, como, por exemplo, "saberem o que é uma placa fotovoltaica", segundo Ferrer. De forma paralela, a instituição reforçou o marketing externo do produto, para clientes e não correntistas.

Os resultados do trabalho até superaram as expectativas. Segundo Ferrer, em 2015 o banco termi-

nou o ano com 400 projetos financiados, comparados com 100 de 2014. Isso dará um total desembolsado de R\$ 10 milhões, em relação a R\$ 2,5 milhões aportados desde que a linha específica passou a existir em 2012. A maior parte dos investimentos é para sistemas de placas fotovoltaicas instalados em residências, com valor médio de R\$ 60 mil cada. O crédito também financia sistemas de iluminação, de aquecimento solar e eólicos, e está disponível para correntistas e não correntistas em prazos de até 36 meses. O financiamento só pode ser contratado com os 52 fornecedores credenciados no Santander Financiamentos.

Consórcio e outras opções

O Banco do Brasil lançou em 2013 um consórcio para aquisição de bens e serviços sustentáveis, como equipamentos de eficiência energética. Nos dois primeiros anos, no entanto, houve pouca divulgação e procura. Agora, o objetivo é ampliar a comunicação e o escopo.

O consórcio visa apoiar pessoas e empresas na compra de climatizadores, placas fotovoltaicas, sistemas de iluminação LED, motores, bombas e até aparelhos elétricos com selo Procel e etiqueta nível A. As car-

tas de crédito podem variar de cotas de R\$ 1,5 mil até R\$ 15 mil para pessoas físicas e chegam a R\$ 30 mil para jurídicas. O consórcio pode durar até 36 meses, com taxas de administração a partir de 0,55% ao mês, e funciona por sorteio da Loteria Federal ou por meio de lance.

Além desse consórcio, o banco trabalhará com mais empenho

Uma das opções é um consórcio para aquisição de bens e serviços sustentáveis, como equipamentos de eficiência energética

outros produtos para eficiência energética, como uma linha de financiamento que contempla o pagamento dos serviços necessários para a instalação dos bens de eficiência energética.

O crédito aí pode variar de R\$ 1,5 mil a R\$ 15 mil com taxas a partir de 0,56% ao mês, e prazo de até 30 meses.

Há outra opção específica do BB para empresas, o Proger Urbano Empresarial, que pode ser usada para projetos de iluminação, de troca de motores, ar comprimido, bombeamento, ar condicionado e ventilação, geração de vapor, aquecimento e gerenciamento energético. Essa linha financia até 80% do projeto, com valor máximo de R\$ 600 mil, com ou sem capital de giro associado. Tem prazo de amortização de até 72 meses, incluindo carência de até 12 meses. O Proger atende empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 7,5 milhões e, segundo o banco, tem encargos financeiros reduzidos. ■